A União Europeia - Uma Nova Soberania?

Fundação Cuidar o Futuro

Coimbra, 25 Fev 1989

Fundação Cuidando do Futuro

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
Deputado
do Parlamento Europeu

A UNIÃO EUROPEIA - UMA NOVA SOBERANIA?

Colóquio do Partido Socialista
Coimbra, 25 Fev.1989

A UNIÃO EUROPEIA NOS DEBATES DO PE

1. Durante os últimos 18 meses da actual legislatura do Parlamento Europeu, a União Europeia esteve periodicamente em debate no Plenário.

As questões tratadas situaram-se à volta dos seguintes eixos:

a) a montante da União Europeia, a avaliação do custo provável da não-Europa - a dar-se a impossibilidade de se prosseguirem os objectivos do Acto Único, a tentativa de análise das consequências para o contribuinte e consumidor bem como para a economia europeia em geral (relatório Catherwood, de 18 de Julho de 88);

b) as formas que deve vir a tomar a democracia no espaço comunitário, através das suas duas vertentes: por um lado, a adequada distribuição de poderes nas instituições comunitárias (relatório Toussaint, 17 de Junho de 88) e, em particular a cooperação institucional entre os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu (relatório Seeler, 16 de Fevereiro de 89); por outro lado, as formas possíveis de consulta directa dos cidadãos (relatório Bru Puron, 18 de Julho de 88);

c) a avaliação da realização dos objectivos do Acto Único como garantia da realização da União Europeia (relatório Grazzianni, 27 de Outubro de 88) bem como a avaliação dos progressos realizados directamente na via da União Europeia (relatórios Valverde Lopez e Planas Puchades, 27 de Outubro de 88);

Fundação Cuidar o Futuro

Centro de Documentação e de Publicações
FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
Deputado
do Parlamento Europeu

d) a estratégia do próprio Parlamento Europeu quanto à criação da União Europeia (relatório Herman, 16 de Fevereiro de 89).

2. Esta preocupação recorrente do Parlamento Europeu decorre de três factos inter-ligados.

Em primeiro lugar, o Parlamento está consciente de que não foram ainda estudadas as consequências negativas que eventualmente o Mercado Interno virá a ter. A aceleração do processo da sua efectivação torna urgente a necessidade de uma instância política reguladora do processo económico.

Em segundo lugar, o Parlamento reconhece que, à medida que avança o processo de integração económica, se acentua o desequilíbrio de poderes na Comunidade, pondo em risco os princípios democráticos em que a Comunidade se deve basear. Para notar apenas os aspectos mais gritantes desse desequilíbrio de poderes, indicarei o seguinte:

Fundação Cuidar o Futuro

. a Comissão é responsável politicamente perante o Parlamento;
. o Parlamento é responsável perante o seu eleitorado;
. os Estados-membros são responsáveis perante os eleitorados nacionais;
. só o Conselho não é responsável politicamente perante ninguém.

Além destes aspectos da estrutura institucional, há que notar ainda que a Comissão trabalha, por indicação do Conselho, com numerosos comités que, contràriamente ao espírito que preside à "Europa dos cidadãos"; são integrados não por peritos mas por funcionários actuando muitas vezes como correias transmissoras dos respectivos Governos e, de qualquer modo, sem deterem legitimidade democrática para a formulação de decisões comunitárias.

Finalmente, a importância dada ao Mercado Interno de 93 não pode fazer esquecer o objectivo que encabeça logo no Art.1.o do Acto único os objectivos parcelares que se propõe:

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
Deputado
do Parlamento Europeu

"As Comunidades Europeias e a Cooperação Política Europeia têm por objectivo contribuir em conjunto para fazer progredir concretamente a união europeia."

3. O Parlamento Europeu tem estranhado a "ligeireza" com que o Conselho relatou as acções empreendidas em 1987 na via da União Europeia. Apenas o relato frio de algumas acções fragmentadas; nem visão de conjunto nem acções de vulto.

Tal facto é tanto mais grave quanto o Acto Único comporta, no seu preâmbulo, o compromisso dos Chefes de Estado dos Doze em construirem a União Europeia, ao afirmarem que estão "animados da vontade (...) de transformar o conjunto das relações entre os seus Estados numa união europeia."

Tem sido amplamente divulgada (e criticada!) a "boutade" de Margaret Thachter afirmando que a União Europeia "nem daqui a 1000 anos"!! Mas se é certo que a Primeira-Ministra do Reino Unido esquece, ao fazer tal afirmação, o Acto único que o seu país assinou, não é menos certo que, na prática, o Conselho da C.E.E. não manifesta qualquer dinamismo em "dotar essa união dos meios de acção necessários", compromisso também assumido no preâmbulo do Acto Único.

Fundação Cuidar o Futuro

Que se passa então? Mais do que uma análise das dificuldades que encontra a União Europeia, proponho-me tratar algumas coordenadas do seu enquadramento.

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
Deputado
do Parlamento Europeu

FENÓMENO INÉDITO NA HISTÓRIA

4. A União Europeia surge como um fenómeno inédito na História moderna. Não tem modelos a que possa reportar-se.

Pelo contrário, desde o advento do Estado-Nação (e sobretudo neste século) dá-se com frequência a pulverização de entidades politico-administrativas constituidas. Desde a II Guerra Mundial todos os conflitos que a comunidade internacional teve de gerir se resolveram por divisão: Coreias, Yemens, Chipre...

E se nos voltarmos para os dois grandes casos de integração da era moderna estamos longe de encontrar em qualquer deles pistas que nos sirvam.

A integração russa, por um lado, é o resultado de uma expansão sistemática do que fora inicialmente (há cerca de 500 anos) o principado de Moscovo, culminando na conquista e anexação de territórios estendendo-se cada vez mais para sul, leste e oeste; por outro lado, é a não menos sistemática tentativa de "russificação" dos povos conquistados - e de que vemos hoje a visceral e violenta reacção em algumas das nações da URSS com mais forte identidade cultural.

Por seu turno, a integração americana, para além dos comportamentos que conduziram à total exterminação da população índia, é também fruto de uma complexa justaposição de factos históricos: cedência de estados pela Inglaterra, conquista de territórios ao México, compra de vastos territórios ao México e à França!!

5. Neste contexto, é evidente que o processo europeu é completamente diferente. Nasce, primeiro, do desejo de reconciliação e de reconstrução de uma Europa desfeita

Fundação Cuidar o Futuro

Centro de Documentação e de Publicações
FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
Deputado
do Parlamento Europeu

por duas guerras fratricidas, justamente chamadas hoje "guerras civis" da Europa.

A reconstrução postula uma integração comercial (o Mercado Comum) que afinal leva mais de 30 anos a tomar forma.

A consciência social nascida dos grandes progressos realizados na maioria dos Estados europeus e que acabará por gerar o modelo social europeu bem como a noção de graves disparidades na Europa, com um espectro de rendimento per capita que vai de 1 até 10, conduzem à exigência de uma dimensão social que só poderá ter a sua realização plena no Espaço Social Europeu.

Por seu turno, a radical transformação da tecnologia nos últimos 30 anos, conduzindo simultâneamente a novos processos e a novos materiais bem como o efeito de escala, bem nítido no continente americano (e já perceptível na relação entre investigação e desenvolvimento no processo industrial)impuseram a conjugação dos esforços europeus no domínio da ciência e da tecnologia.

Fundação Cuidar o Futuro

Com a post-industrialização descobre-se a unidade do mundo da bio-esfera e a Europa vê diluirem-se por esse caminho as suas fronteiras.

Emerge aqui e além o respirar da Europa, a diversidade das suas culturas e o que poderia chamar-se a sua identidade cultural. (Como Alain Minc o diz tão brilhantemente no seu último livro "La grande illusion", controverso em muitos aspectos,"talvez tudo fosse diferente se se tivesse começado pela cultura...")

Etapa após etapa desenha-se uma união europeia de que não conhecemos ainda nem o conteúdo nem a forma. Mas essa união não é, não poderá ser, o resultado de um mero voluntarismo. É na lógica de cada etapa que, a par e passo, ela é exigida.

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
Deputado
do Parlamento Europeu

`AS PORTAS DO IRREVERSÍVEL

6. Logo de início, o próprio Mercado Interno. Das 285 directivas que a Comissão considera necessárias para tornar efectivo o Mercado Interno, 260 foram já elaboradas e submetidas ao Parlamento ou ao Conselho. Entre 1/3 a metade das decisões necessárias ao Mercado Interno foram já tomadas. São estes dados irrecusáveis que levam Jacques Delors a dizer que estamos "às portas do irreversível".

Se assim é, a questão decisiva que se põe é eminentemente política. É a do significado desse Mercado.

Comentando o programa da Comissão para 1989, apresentado na semana passada em Estrasburgo, o Presidente do Grupo Socialista, Rudi Arndt, disse brilhantemente:

> "Não se pode tratar de um só objectivo (o Mercado Interno) mas de seis, pois tantos são os objectivos do Acto Único. E é a integralidade do Acto Único que importa realizar".

Fundação Cuidar o Futuro

Temos lutado no Parlamento Europeu pela estreita conexão entre o económico e o social, entre o social e o tecnológico, entre o tecnológico e o ambiencial, entre este e o económico. E não nos guia apenas a formulação jurídica do Acto Único mas sobretudo a noção de que todo o processo societal se desenvolve nas interfaces – aí exactamente onde se estabelecem os nexos do processo de desenvolvimento.

Seria um exercício útil - e particularmente oportuno quer para Bruxelas quer para o nosso país onde vingam o saber e a decisão parcelares e fragmentadas e, por isso mesmo, tecnocráticos - seria útil ir buscar o vector político que se manifesta em cada interface. Registo a sua necessidade e urgência.

De resto, não é para nós claro que os homens não existem para a economia mas a economia para os homens? E não quer tal afirmação dizer que é ao poder político que cabe estabelecer a necessária hierarquia de finalidades sem as quais o mercado destroi o homem e a liberdade?

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
Deputado
do Parlamento Europeu

A DIMENSÃO POLÍTICA NEM VÉRTICE NEM CUME

7. A dimensão política da construçao da Europa é, assim, exigida por todo o processo de integração. Mas não como horizonte longínquo e mítico. Nem vértice nem cume.

A dimensão política é coextensiva às dimensões económica, monetária, social, tecnológica, ambiencial, cultural. O que institucionalmente quer dizer que a União Europeia se faz, se deve fazer, a cada passo da realização do Acto Único.

Implica tarefas claras, precisas:

- "explorar ao máximo a força de integração do Mercado Interno", na feliz expressão do Pres.te Delors, i.e., propôr para cada etapa as acções políticas correspondentes que permitam o entrozamento de todos os factores das políticas sectoriais;
- ir ao âmago da gestão política, através da implementação da decisão do Conselho relativa à União monetária e das consequências na sempre complexa e ambigua relação entre o Governador do Banco Central, o Ministro das Finanças e o Primeiro-Ministro;
- avançar nas políticas Públicas que permitam dar forma ao Espaço Social Europeu (habitação/trabalho e emprego/ segurança social/ educação);
- responder ao carácter singular da integração europeia através do dinamismo cultural que dê às ideias e às finalidades o lugar que lhes cabe;
- reforçar e dar uma configuração coerente à democracia parlamentar, através do justo equilíbrio entre legitimidade democrática e responsabilidade política perante o eleitorado ou seus representantes;
- estabelecer as condições para o exercício da democracia directa a nível comunitário, criando as instituições necessárias à expressão política da "Europa dos cidadãos".

Fundação Cuidar o Futuro

Centro de Documentação e Publicações
FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
Deputado
do Parlamento Europeu

A UNIÃO EUROPEIA: NEM FORTALEZA NEM NUMERUS CLAUSUS

8. É esta simultaneidade do político a todos os outros aspectos da integração que é recusada frontalmente pela resolução tomada na semana passada em Estrasburgo no artigo central do seu dispositivo quando comunica que:

> "o PE nao poderá aprovar qualquer tratado de adesão de um novo Estado (...) sem que seja ultrapassada uma etapa substancial rumo à União Europeia"¿

9. Tal postura encontra um obstáculo de peso: o próprio Tratado de Roma. Pois não são os Estados fundadores que logo no preâmbulo do Tratado

> "apelam para os outros povos da Europa que partilhem dos seus ideais, para que se associem aos seus esforços"?

Como pôr entre parêntesis o Tratado de Roma?

Fundação Cuidar o Futuro

Como "fazer de conta" que a Áustria não indicou já claramente que uma vez concluido o processo do Mercado Interno de 92, pedirá a adesão e pretender desconhecer que esse país vai já aplicando as directivas da CEE, sem o explicitar, como é óbvio, mas num processo sagaz e exemplar de preparação para a adesão?

E como fingir ignorar o movimento de opinião pública que se exprime quotidianamente nos jornais da Noruega e da Suécia, debatendo as vantagens e inconvenientes da adesão à CEE?

E como fechar os ouvidos às indicações subtis do Presidente da Confederação Helvética que, durante a mesma semana, na sessão solene em que se dirigiu ao Parlamento em Estrasburgo, dizia:

> " (...) a ambição da Suiça é de participar com todas as suas forças na construção da Europa, continuar a contribuir para fazer do nosso continente uma região económica em crescimento, criadora de empregos, inovadora cientifica e tecnològicamente, respeitadora de uma herança de civilizaçãoe de uma herança natural

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
Deputado
do Parlamento Europeu

de grande valor".

10. A decisão do Parlamento (o seu voto maioritário) constitui um erro processual de grande monta.

No Acto Único os artigos 237 e 238 são dois marcos institucionais de primeira importância. Atribuem ao Parlamento o poder de co-decisão com o Conselho no que diz respeito à aceitação do pedido de adesão de novos Estados-membros e à celebração de acordos com Estados terceiros.

A auto-castração do Parlamento, ainda por cima no fim da legislatura, é um acto incompreensível e contraditório da reivindicação de aumento de poderes do Parlamento que se faz na mesma resolução.

11. Condicionar o alargamento da CEE é criar uma dificuldade adiada: a que resultaria mais tarde dos ajustes estruturais entre a Comunidade e os Estados europeus que permanecerem fora dela.

Fundação Cuidar o Futuro

Mas, mais grave do que isso, representa um fechamento da Comunidade sobre si própria. Como impedir que a Europa/CEE seja uma "fortaleza" para os países de outros continentes, protegendo-se e protegendo os seus produtos, se ela o fôr já, na prática, para outros Estados europeus que já manifestaram o desejo de virem a integrá-la?

Se queremos uma Europa democrática em todo o seu tecido social e político e no espírito que a guia, não podemos submete-la a um arbitrário numerus clausus.

De resto, até na ordem pragmática a abertura se impõe: um dos Estados onde a ideia de União Europeia encontra maior resistência é a Dinamarca. Porque se encontra a braços com uma dupla lealdade: a que a liga dentro da Comunidade e a que a liga, desde longa data, aos outros Estados escandinavos, sobretudo no domínio da política externa. A adesão de outros Estados escandinavos permitiria ultrapassar essa questão.

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
Deputado
do Parlamento Europeu

12. Nao posso deixar de referir a "outra Europa".

Também o Presidente da Confederação Helvética indicava na mesma sessão solene de Estrasburgo a necessidade de

> "explorar de forma mais harmoniosa e eficaz as ricas potencialidades que existem na totalidade da Europa".

Quando em Outubro de 88 o Papa se dirigiu solenemente ao Parlamento disse:

> "Outras nações poderão certamente juntar-se aquelas que hoje estão aqui representadas. (...) vindo da Europa central e conhecedor das aspirações dos povos eslavos, esse outro 'pulmão'da Europa, o meu voto é que a Europa, dando-se em toda a soberania instituições livres, possa um dia estender-se às dimensões que lhe deram a geografia e ainda mais a história".

Fundação Cuidar o Futuro

DO ESTADO SOBERANO À SOBERANIA DO POVO

13. Uma CEE que se fechasse do modo como o parece indicar a resolução citada construir-se-ia à imagem do Estado-Nação.

Ora o Estado-Nação é uma criação da era moderna. É contemporâneo da industrialização e da economia mercantil.

Mas nascido no continente europeu e transposto para os novos países, ele dá aí a justa medida dos seus limites.

Face à planetarização de todas as grandes questões, desenha-se no mundo um movimento de ideias e de tentativas de acção conducentes a ultrapassar esses limites. O caso mais recente é a União dos países do Magreb. Outro é o da linha apontada pelo grupo recentemente criado na África Ocidental "Africa Leadership Forum".

Fundação Cuidar o Futuro · Centro de Documentação e de Publicações

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
Deputado
do Parlamento Europeu

A Europa precisa de olhar e ver o que se passa fora das suas fronteiras, ainda que isso toque formas e conceitos que dela nasceram.

Compreenderia assim que parece desenhar-se uma paridade de soberania que deslocaria para fronteiras mais vastas as fronteiras do Estado-Nação. Ao englobarem vários Estados, as novas entidades políticas serão possivelmente definidas por uma soberania de novo tipo.

O Estado Soberano, justaposto aos Estados vizinhos, construido sobre a noção de defesa perante o inimigo sempre à porta e sobre uma moeda forte e intocável é um conceito ultrapassado.

14. Um outro factor modifica o conceito de Estado-Nação.

As grandes decisões que caracterizavam a autonomia do Estado-Nação encontram-se modificadas pelo carácter instantâneo da informação e das comunicações. As operações financeiras, económicas são do conhecimento imediato de todos os países em qualquer parte do mundo; as plataformas de decisão do comércio, dos preços dos produtos são internacionais (ou dominadas por um grupo de países) - da UNCTAD e do GATT ao grupo de Paris ou à OPEP. A soberania neste contexto já é outra realidade - mas quem deu por isso?

Fundação Cuidar o Futuro

Por outro lado, em países como o nosso, onde está a soberania? face à invasão indiscriminada de multinacionais, à delapidação do património natural por culturas ou florestação que degrada o solo, à venda de terrenos realizada em escritórios londrinos? Com esta soberania quem se preocupa?

A soberania política sem conteúdo económico e social nao é senão em manto que cobre a nudez.

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
Deputado
do Parlamento Europeu

15. Neste contexto adquire um novo significado a "soberania do povo". É nessa soberania que pode ganhar fundamento jurídico e consistência sociológica a "Europa dos cidadãos". E só dessa forma se poderá dar espírito à Europa que se constroi pelo Acto único e legitimidade à Europa que encontrará a sua forma política na União Europeia.

É importante ver, por isso, como se situa o povo europeu face à União Europeia. Interrogados sobre se "acham que se deve ir mais longe do que a simples realização do Mercado Interno, no sentido da unificação da Europa", a maioria dos europeus - quase 60% - responde afirmativamente. As excepções são a Dinamarca, com apenas 13% a favor, e o Reino Unido, com apenas 28%.

Explicitamente sobre a União Europeia, a Dinamarca com 64% e o Reino Unido com 49% acham que se deve abandonar essa ideia; enquanto nos outros países uma franca maioria que a apoia: respondem afirmativamente o dobro dos que respondem negativamente.

Fundação Cuidar o Futuro

Os números relativos a Portugal dão que pensar já que revelam um espectacular alheamento do fenómeno europeu. Assim, 43% afirmam que se deve ir no sentido da unificação da Europa, 15% respondem negativamente, enquanto 42% não sabem ou não respondem! Alheamento ainda maior manifesta a resposta à pergunta sobre um eventual governo europeu responsável perante o Parlamento: 42% estão de acordo, 9% são contra e 49% não sabem ou não respondem!!!

Os europeus que disseram que se devia ir mais longe têm ideias claras sobre os domínios em que essa unificação é necessária; a convergência das respostas é espantosa:

- ambiente ---------- 95%
- ciência e tecnologia-- 92%
- cooperação Terc.Mundo- 85%